

CHOQUE DE GESTÃO E ESTADO DE EXCEÇÃO

Breve análise das políticas de reforma do estado em MG.

Lorene Figueiredo*

Breve Contextualização

O Brasil voltou a ser um país ‘democrático’ com o esgotamento da ditadura empresarial-militar e as eleições diretas de 1989. Contudo, era uma realidade social distinta daquela de 1964. A modernização conservadora ampliara o setor produtivo industrial, tinha criado uma população eminentemente urbana, com um significativo exército de reserva. A sociedade brasileira passava a ser do tipo ocidental.

Desde 1983 o empresariado começara a desenhar o que viria a ser um consenso ativo em torno de um projeto de sociabilidade que mantivesse a orientação e a direção dessa classe. Defendiam que os recursos naturais e humanos brasileiros deveriam ser direcionados para a retomada do desenvolvimento e isto exigiria não só uma parcela de sacrifício, mas também uma completa reorganização do Estado, da democracia e da economia do país. Defendiam que este era um período de turbulência e indefinição e ao final da década disseminaram a idéia de que os anos 1980 foram a “década perdida”.

A recuperação do Estado de Direito não aconteceu sem conflitos. O longo período de abertura e o conturbado governo Collor, o mandato “tampão de Itamar” expuseram as dificuldades de alinhar as frações de classe da burguesia e o enfrentamento que a classe trabalhadora ainda era capaz de fazer até o início dos anos de 1990.

Contudo, sob o impacto do fim do socialismo existente no leste europeu e do ‘giro’ à direita feito pelas organizações socialistas européias, associados à reestruturação produtiva e o desemprego que se seguiu, a correlação de forças na luta de classes foi modificada. Por outro lado, tínhamos a burguesia brasileira que não conseguia a unidade fruto de posições distintas (desenvolvimentismo e neoliberalismo) e da inserção econômica de suas frações.

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Política Pública e Formação Humana da UERJ. Bolsista FAPERJ. Professora Assistente do Curso de Pedagogia do INFES/UFF.

A perda de rumo era considerada como resultado da falta de planejamento estratégico e esta refletia as divisões internas no campo da burguesia. Por sua vez a classe trabalhadora não tinha vivido um processo sedimentado de construção identitária posto que a luta pela universalização de direitos não chegou a se completar, dada a especificidade da forma como a acumulação de capital se dá na periferia e do próprio desenvolvimento da classe trabalhadora urbana como tal, conforme discussão feita nas seções anteriores.

Segundo André Martins (2010) o debate entre as frações burguesas se deu ao longo da década de oitenta tendo como pólos desta discussão o Instituto Liberal (IL) claramente propagador das idéias neoliberais e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) que concentrava as posições desenvolvimentistas remanescentes. Segundo este autor somente no final dos anos de 1980 é que houve um distensionamento entre os grupos, a CNI publiciza um documento chamado “Competitividade Industrial uma estratégia para o Brasil” definindo propostas para facilitar a adaptação da economia brasileira e sua inserção na economia mundial (MARTINS 2010.116). Para a CNI a educação formal deveria conduzir à formação de um conjunto de habilidades, conhecimentos e valores que fossem funcionais ao aumento da produtividade adequado ao momento da reestruturação produtiva flexível. Naquele momento já era possível vislumbrar os elementos que iriam caracterizar as reformas educacionais dos anos subsequentes.

A lógica que iria predominar recompunha o campo burguês no momento da financeirização porque mesmo a formação do capital fictício exige, para a realização do valor, uma base material. Esta por sua vez para arcar com os lucros do setor industrial e financeiro deve aumentar a produtividade, o momento da mundialização/globalização financeira é o momento da relação orgânica, da fusão entre as duas formas de capital, conforme ficou claro com a discussão feita a partir de FONTES (2005). Neste momento de reorganização da acumulação em âmbito mundial e de impasse local as demandas do processo de acumulação “resolve” a necessária recomposição do campo burguês. Estava selada a aliança que significou o ataque aos trabalhadores que na conjuntura da derrocada do leste europeu e da União Soviética, juntamente com a crise ideológica do

comunismo ocidental tiveram suas posições enfraquecidas. Isso permitiu o avanço das forças de conservação do capital sobre os direitos dos trabalhadores.

É claro que constituir na luta de classe a hegemonia de um novo arranjo no processo de exploração/acumulação exige a reforma dos equipamentos sociais de organização. A reforma do aparelho de estado permitiu adequar a normatização das relações entre o capital e o trabalho. Houve resistência, mas o enfrentamento entre as duas classes fundamentais pôde ser reconduzida para o enfrentamento entre setores da classe trabalhadora considerando privilegiados os que preservaram direitos e contrapondo-os aos trabalhadores em condição de maior precarização.

A hegemonia exige consenso, mas também coerção. O consenso ou o consentimento ativo na dominação foi obtido através da construção de inúmeras trincheiras e fortificações na sociedade civil que robusteceram o Estado na forma de sociabilidade mais adequada ao avanço da ideologia neoliberal e estas serão objeto de nossa apreciação ao tratarmos dos governos FHC e Lula, governos de implementação e de aprofundamento do neoliberalismo de terceira via respectivamente.

A coerção é também, na concepção gramsciana, a força da lei e a lei assume o formato que a correlação de forças entre as classes permite. Mas a coerção também pode significar a modificação do que está devidamente inscrito no corpo das leis se, igualmente, a correlação de forças permitir. Neste caso, o estado de direito não é questionado e nem golpeado por uma ditadura, mas simplesmente o consentimento ativo da maioria da classe explorada aceita que a lei não seja seguida ou que o poder da classe dominante se manifeste “sem amarras” sobre uma parcela dos dominados. Embora ela aconteça ao arripio de qualquer dispositivo legal, a dominação busca justificar e reelaborar uma explicação, à luz de sua visão de mundo, mas também do que, do ponto de vista superestrutural, já está sedimentado na consciência do conjunto das classes. Ou seja, é preciso ajustar a ideologia também à coerção, para que ela possa acontecer. Então coerção e consenso são pares dialéticos separados para efeito de compreensão, em uma cisão meramente metodológica e não orgânica.

Para a compreensão desta situação nova, criada pela hegemonia neoliberal de terceira via, faremos uso de dois conceitos elaborados a partir de AGAMBEN (2004) OLIVEIRA (2007) e PAULANI (apud OLIVEIRA et al 2010): Estado de Emergência e

Estado de Exceção. Estes permitem que o Estado Neoliberal de Terceira Via ajuste a concepção de ‘democracia’ e de ‘participação’ em moldes estreitos e “conforme” à forma de acumulação capitalista¹.

1. O que é o Estado de Exceção e de Emergência e como se Manifesta Hoje no Formato Neoliberal.

PAULANI (Apud OLIVEIRA et al 2010) identifica o termo ‘Estado de Exceção’ com o campo e o tempo da política. Para ela, seguindo esta definição inicial, podemos identificar na vida social dois tempos distintos: um tempo de estado de normalidade, onde todos os direitos vigentes são garantidos e outro de exceção no qual os direitos são suspensos integral ou parcialmente.

Recuperando AGAMBEN (2004) entendemos o conceito de “estado de sítio” vinculado a um tempo de exceção e identificado com o espaço das fortificações e das praças ou portos militares e com o tempo da guerra². Neste espaço - tempo a autoridade civil é assumida pela autoridade militar para a manutenção da ordem e da política internas. Progressivamente esta circunscrição espaço-temporal se amplia, deixa de ser uma medida de tempos de guerra e passa a ter um caráter extraordinário adotado em situações de “desordem interna” e sedições.

Reconstituindo a formação histórica desta nova concepção PAULANI (apud OLIVEIRA. 2010.) remonta à formação da república burguesa na qual o conceito migra de “estado de sítio militar” para “estado de sítio político” inaugurado concomitantemente ao estado de direito a possibilidade de sua supressão; as garantias e os direitos do cidadão e sua cassação. Nas palavras de Paulani trata-se de legalizar a suspensão da legalidade.

¹ Nas citações de PAULANI incorporamos o sentido geral da discussão portanto não há citação de pagina. Quando a situação for contrária a página aparecerá indicada. A busca do consenso ativo cria uma perspectiva de atuação social ligada ao voluntariado e aos conselhos e orçamentos participativos que não atingem o centro de decisões do aparelho de estado. Neste sentido podemos dizer que quanto mais participação menor capacidade de decisão nas questões mais substantivas no que tange a direção política da sociedade. O Coletivo de Política Educacional vem denominando esta atuação de “repolitização da política” (NEVES: 2005).

² AGAMBEN, Giorgio. “Estado de Exceção” 2004: 12.

Analisando os momentos históricos nos quais o estado de exceção se tornou mais evidente a autora realiza uma revisão de literatura e encontra um ponto de inflexão no qual o estado burguês passa a apresentar a exceção cada vez mais como regra: este momento é o totalitarismo do século XX que permitiu a eliminação inclusive física de adversários políticos e de parte dos cidadãos que fossem considerados “não integráveis”.³

A conclusão de Agamben que é incorporada por Paulani nesta incursão sobre o totalitarismo é que “a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma prática essencial dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. A autora explicita a contradição deste “achado jurídico prodigioso” capaz de criar uma “exceção normal” ou um “período de tempo permanente”. A partir desta reflexão Paulani nos leva a considerar “de que forma um expediente que nasce na esfera da política e sob o signo da guerra vai parar na esfera *stricto sensu* da economia tendo vigência em tempos de paz”. (idem: p-113).

Paulani constrói seu raciocínio apoiada em Agamben (2004:43) e de acordo com este autor “a necessidade não tem lei” (op. cit.113). A necessidade torna “lícito” o que é “ilícito” e por isso permite a transgressão. Portanto, para estes autores uma teoria da exceção pressupõe uma teoria da necessidade, nos estados modernos ela passa a ser o estado da lei, é o fundamento e a fonte da lei. É esta leitura da necessidade que permite o deslocamento do estado de exceção de medida excepcional para uma técnica de governo.

Segundo Agamben, um exemplo claro é a significativa redução do poder do legislativo que se limita a ratificar as disposições do governo este sim legislando por meios de decretos. Para Paulani, no caso brasileiro, através também de medidas provisórias sendo ambas as práticas comuns. Não podemos deixar de citar que mesmo governos considerados democrático-populares têm atuado desta forma como, por exemplo, o trabalho de topografia feito pelo exército nas obras de transposição do Rio São Francisco ao mesmo tempo em que o governo Lula da Silva afirmava que iria

³ Aqui o trabalho de Paulani se encontra com as elaborações de FONTES (2005) quando discute as inclusões forçadas e a formação de uma população “supérflua”. Fontes identifica a possibilidade, dentro da racionalidade do capital, de que estas populações venham a ser simplesmente eliminadas e utiliza, como exemplo, o período dos regimes totalitários bem como os extermínios atuais (2010).

dialogar com a população ribeirinha (não sendo sensibilizado nem mesmo pela greve de fome de D. Luiz F. Cáppio); a construção das Usinas de Belo Monte e Jirau; as UPPs, as desocupações urbanas, o extermínio da população pobre nos centros urbanos, as desapropriações em função das obras para os mega – eventos, as inúmeras emendas constitucionais que descaracterizaram o texto original da Constituição Federal são exemplos de um estado de emergência que estende seus tentáculos por todas as formas sociais, e não só a econômica, e nos permite questionar o sentido do conceito de democracia que se cristaliza sob o avanço e a estabilização do modelo de estado neoliberal de terceira via⁴.

No caso brasileiro o “ovo da serpente” começou a ser gestado no período Collor de Mello e FHC. As condições da macro economia com os planos de estabilização econômica atendiam a duas questões fundamentais como a salvaguarda do país frente ao caos que a hiperinflação poderia provocar e dada a gravidade da situação um debate no congresso poderia prolongar o tempo de espera e inviabilizar ações comprometendo assim os resultados que se pretendia obter.

As várias experiências de choques heterodoxos na economia, no período de transição e abertura, a começar pelo plano cruzado criaram mecanismos que permitiram ir rompendo os ritos que instituíam a forma tradicional de negociação da política. Estava aberto o caminho para a utilização do argumento da necessidade sob o imperativo da crise econômica. O estado de emergência abria caminho para uma “nova” e complexa forma de estado de exceção por dentro de um regime supostamente democrático.

Fora dado início a um processo no qual o liberalismo assume sua face “pura” sem o verniz de uma democracia cuja referência nos acostumamos a ver na perspectiva da social democracia no período do Estado de bem – estar social , de universalidade dos direitos. O avanço neoliberal reorganiza a estrutura do aparelho de estado, as relações econômicas e sociais, as práticas políticas no sentido da garantia da realização do valor no momento da financeirização. Muda o sentido e a forma de realização da democracia formal.

Durante os anos Lula observamos um aprofundamento deste processo que se materializou em uma ortodoxia econômica liberal inimaginável dos quais a autora

⁴ Neste sentido a noção de repolitização da política do Coletivo de Política Educacional nos ajuda na redefinição da concepção de política e democracia sob a égide do neoliberalismo de terceira via.

destaca: a elevação do superávit primário acima da exigência do FMI, elevação da taxa básica de juros, corte na liquidez violento entre outros. Para Paulani houve a decretação “técnica” do estado de emergência econômico. Como o governo era do PT, que historicamente havia se identificado com as causas democráticas e populares, o discurso oficial de que retomada a normalidade o governo “retomaria” seu “projeto original” surtiu efeito; permanecemos em estado de entorpecimento ainda sob o governo Dilma Roussef. Para Paulani o apoio da mídia foi fundamental para angariar “corações e mentes” para a necessidade de permanência do regime de emergência, o pior, mesmo sem a necessidade que o originou. Segundo a autora “o governo Lula fez da criação desse estado de emergência permanente a prática essencial de seu governo” (2010:125).

O aprofundamento da crise econômica após o ano de 2008 e seus desdobramentos para os EUA, Europa e a intensificação das disputas no Oriente Médio e África são elementos que reforçam o argumento da emergência e, conseqüentemente, da exceção.

2. O Estado de Exceção em Minas Gerais.

A reforma do estado em Minas antecede a reforma em âmbito nacional. Entre 1991 e 1994, na administração Hélio Garcia o programa “Pró-Qualidade”, gestado sob os auspícios do Banco Mundial, já articulava uma reforma administrativa que alterava formas de gerenciamento do trabalho no setor público e em especial na educação. Conforme o nome define, o eixo era a busca da “qualidade” e esta identificava-se com o perfil empresarial na gestão pública⁵.

Contudo, é na gestão de Aécio Neves que a temática da inovação e da modernização da gestão pública assume diretamente a concepção do regime de exceção. Sob o nome de “Choque de Gestão” o governo recém eleito empreende em menos de um mês a mais ampla e profunda alteração na forma de gerir o trabalho, os recursos, o pessoal na administração pública. A possibilidade de realizar tal empreitada foi garantida pelas “Leis Delegadas” através das quais o executivo recebe do legislativo

⁵ Para uma visão de conjunto destas reformas desde o Pró- Qualidade até o primeiro mandato de Aécio Neves ver FIGUEIREDO (2006).

“autonomia” para legislar até mesmo por longos períodos, nos quais as mudanças podem ser feitas sem que se discuta na arena de representação estas alterações⁶.

O argumento: o panorama da administração pública era francamente negativo. Apresentando os antecedentes do choque de gestão tendo como marco o ano de 2002 os documentos afirmam que o Estado se encontrava em grave situação fiscal, déficits orçamentários consecutivos e segundo os documentos, com enorme dificuldade de “honrar compromissos” com fornecedores e dificuldade de obter crédito. Estes são os argumentos irrefutáveis da necessidade. Em 2003 inicia-se o Choque de Gestão, segundo o documento supracitado “Inovações sem precedentes na história da administração pública no Brasil”. Estão divididos em dois períodos de acordo com os mandatos dos governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia: o Choque de Gestão propriamente dito e o Estado de Resultados. O Choque de Gestão que vigeu de 2003 a 2006 teria como objetivo instaurar novo modelo de administração com base em novos princípios e valores imprimindo mudanças na máquina administrativa⁷.

Para viabilizar as mudanças estruturais necessárias rapidamente e evitar qualquer possibilidade de resistência a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (na qual o PSDB tinha ampla base de apoio) aprovou um conjunto de leis delegadas que autorizavam o governo a realizar toda e qualquer alteração no funcionamento do aparelho de estado sem consulta prévia àquela casa⁸. Instalou-se a excepcionalidade e sua previsão dando a

⁶ Em: Do Choque de Gestão ao Estado de Resultados. Os Marcos Referenciais para o Planejamento Estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais. 2003 a 2010. Site www.agendamelhorias.org.br. São parceiros deste projeto a Fundação Dom Cabral, Marcoplan, e McKinsey&Company. Realizam o projeto o Movimento Brasil Competitivo, O Banco de Desenvolvimento de Minas, O próprio governo de Minas Gerais. Na ficha técnica é possível localizar outros membros do Comitê Gestor, dentre eles o Banco Mundial. Para os “gestores” para colocar o Choque de Gestão em prática eram necessárias medidas de alto impacto. As leis delegadas ofereceram a base legal para sua execução.

⁷ Na imprensa as manchetes deram o tom do que foi o Choque: Veja edição 1881- “Em apenas dois anos estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento inspirado em métodos da iniciativa privada”. Exame edição 0890 – “Saem os políticos entram os gestores”. Valor Econômico de 19/12/2008 – “Experiências da Iniciativa Privada são incorporadas”. “Uma Empresa Chamada Minas Gerais entre outras. Todas as matérias constam da página <http://www.choquedegestao.mg.gov.br/pagina/imprensa#> na qual podemos encontrar um clipping com os destaques dados por alguns veículos de comunicação ao Choque de Gestão sendo o recorte eminentemente privatista, bem a gosto dos neoliberais. O Projeto foi capitaneado por Vicente Falconi, do então Instituto de Desenvolvimento Gerencial, hoje “Falconi Consultores de Resultados”. Seus “serviços” podem ser conferidos no sitio da empresa <http://www.falconi.com/>. Com apoio do Movimento Brasil Competitivo e de Jorge J. Gerdau.

⁸ É importante destacar que citamos o PSDB sem criar aqui qualquer tipo de polarização presente no senso comum eleitoral. Temos clareza que qualquer que fosse o partido eleito no espectro dos que

“base legal” para a suspensão dos ritos democráticos mesmo aqueles nos moldes restritos do pensamento liberal. Foram nada menos do que 63 leis delegadas promulgadas através da resolução 5210 de 12/12/2002, da Assembléia Legislativa, que autorizava o governador a elaborar leis que alteravam substantivamente a estrutura da administração pública direta e indireta com validade para o mês de janeiro de 2003. A forma, o conteúdo e a temporalidade da exceção demonstram um planejamento e organização prévios que permitiram uma rápida atuação na realização das reformas. A imprensa só daria ampla divulgação, bem como os sindicatos só discutiriam o ocorrido em maio do mesmo ano⁹.

“Foi uma inovação muito grande. Com a possibilidade de se fazer reformas no Estado por meio das leis delegadas, o Governador pôde publicar todas as alterações na estrutura de gestão do governo um dia após tomar posse. Em 30 dias, fizemos um conjunto significativo de leis alterando toda a estrutura do Estado. Esse fato foi um marco: primeiro por nunca ter sido feito e segundo por, nós, não termos um banco de dados e nem informações anteriores para usarmos” (Agenda de Melhorias-2006)

3 – Impacto das Medidas.

No imediato, a extinção de cargos, secretarias e as mudanças nos regimes de contratos, investimentos, estabelecimento de parcerias, mudanças nas relações com as OSCIPs, redefinição da concepção de equilíbrio fiscal que passou a ter como marco referencial a Lei de Responsabilidade Fiscal e os mecanismos de Déficit Nominal Zero e Superávit Primário permitiram a mais ampla e profunda mudança em um único movimento de reorganização. A pouca resistência veio de alguns setores do funcionalismo público e o governo rapidamente pode desarticular suas lutas tanto pela adesão de um setor dos próprios dirigentes sindicais referenciados na social democracia

possuem bancada no Congresso nacional o projeto não seria distinto, em sua essência. Conforme vários estudos disponíveis entre os quais destacamos MARTINS (2010) e COELHO (2012). Para a relação com os sindicatos, em especial o dos professores, dirigido pela corrente majoritária do PT- Art Sind- ver FIGUEIREDO (2006).

⁹ Segundo a cobertura dada pela imprensa as reformas foram amplamente aplaudidas pelos diretores executivos do Banco Mundial e do B. Interamericano de desenvolvimento, deixando evidente a organicidade do governo e das reformas propostas ao conjunto de políticas desenvolvidas por estes organismos para a integração financeira dos países capitalistas dependentes. Para aprofundar a questão PEREIRA (2010).



como pelo massivo apoio da imprensa que identificou estes servidores com o atraso e os privilégios. Em um contexto de baixo atendimento às demandas por políticas públicas na área de saúde e educação não foi difícil convencer a população de que o governo estava empenhado em melhorar a qualidade do serviço público.

Estava aberto o caminho para o aprofundamento das reformas neoliberais de terceira via em Minas Gerais e a conseqüente financeirização da economia, o estado estava reintegrado ao circuito de valorização de capital feito as expensas dos cofres públicos cujos recursos seriam redirecionados para tal intento. Os setores que sofreriam maiores cortes seriam justamente a saúde e a educação, por um único é “racional” motivo: juntos os servidores destas duas secretarias representam metade da folha de pessoal do estado, segundo dados do SINDIFISCO (apud FIGUEIREDO.2006).

No início do ano de 2003, o principal objetivo do processo de recuperação do Governo de Minas Gerais era o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas. Havia a consciência de que esses fatores eram condições essenciais, sem as quais não seria possível obter os recursos e a credibilidade necessários para o cumprimento de uma agenda de desenvolvimento. (Agenda de Melhorias -2006).

4- Os efeitos para os Trabalhadores em Geral e os Servidores Públicos em Particular.

No imediato observamos a redefinição de políticas públicas no âmbito do estado que aprofundam os mecanismos de focalização. Um exemplo deste processo é a redução da oferta de classes do ensino fundamental pelo estado de Minas Gerais e a redefinição do papel do ensino médio, objeto de nossa atual investigação. Observamos o aumento dos projetos destinados à formação neste nível de ensino e em várias modalidades oferecidas. O resultado deste processo de fragmentação/setorialização parece indicar que tanto o governo quanto os empresários detêm maior controle sobre a formação e classificação da mão de obra em Minas Gerais.

Para os trabalhadores em geral isso significa a redução do acesso à educação pública em particular e aos serviços públicos em geral com a qualidade social necessária, posto que está em andamento uma adequação da “gestão” à lógica privatista e empresarial dos serviços públicos. Apesar dos índices de sucesso que a propaganda em Minas Gerais divulga, o que se observa nas escolas públicas mineiras é a degradação das condições

materiais de trabalho com escolas literalmente caindo aos pedaços e professores sobrecarregados com as tarefas redesenhadas cujo processo também está na pauta de nossas pesquisas.¹⁰

No caso específico dos trabalhadores em educação interessa-nos compreender como as mudanças em curso afetam a relação com o trabalho e como modelam novas formas de relação, nova sociabilidade. Então, buscamos compreender qual o princípio educativo presente nas atuais relações de trabalho construídas a partir dos novos planos de carreira e relações contratuais, dos projetos pedagógicos entre outros. Para os efeitos desta comunicação trabalhamos apenas com o documento “O Choque de Gestão em Minas Gerais- Políticas da gestão Pública para o Desenvolvimento” sob a coordenação de Renata Vilhena¹¹ e mais especificamente na seção que trata do alinhamento de pessoas onde são discutidos os fundamentos da reestruturação das carreiras do serviço público mineiro.

O principal instrumento disciplinador e modelador do novo tipo de trabalho exigido no serviço público mineiro é a avaliação individual de desempenho. Ela se apresenta como instrumento coercitivo e estruturador da reforma nas carreiras. Ela define o critério do mérito para a progressão na carreira em detrimento do direito vinculado à formação e ao tempo de serviço¹². A definição do merecimento é elemento de reflexão nossa que ficará indicado aqui pelos limites do texto. Tem por objetivo a

¹⁰ São inúmeros relatos de professores em adoecimento e recentemente no Instituto Estadual de educação de Juiz de Fora uma professora se suicidou ao se jogar do quarto andar da escola. Um quadro nunca antes visto na região. Os motivos que a levaram a tal ato ainda estão sendo investigados, mas é a primeira vez que uma escola é palco deste tipo de tragédia na região. Notas de pesquisa. Conversa informal com dirigentes sindicais do Sind –UTE de Juiz de Fora.

¹¹ Renata Vilhena - No governo de Aécio Neves foi secretária adjunta de Planejamento e Gestão, presidente da junta de Programação orçamentária e Financeira e gerente do projeto estruturador Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação. É Graduada em Estatística pela UFMG e especialista em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Está nos quadros da secretaria de planejamento e gestão desde 1986. A maior parte dos envolvidos no plano é especialista e mestre, em geral formados pela UFMG e pela Fundação João Pinheiro, alguns formados pela Fundação Getúlio Vargas. Como parceiros na realização do projeto contam também com a Fundação Dom Cabral (Ligada a PUC e atualmente a 8º melhor escola de gestão do mundo nos moldes hegemônicos), Fundação BRAVA e o Movimento Brasil Competitivo entre outros. Os dados dos demais “parceiros” podem ser obtidos na página da agenda de melhorias mantida pelo governo de Minas.

¹² A ADI no estado de Minas Gerais tem como marco legal a Emenda Constitucional nº 19 de junho de 1998, que a institui no âmbito da união e pela constituição estadual no art.31 e lei complementar nº 71 de 2003. Uma boa avaliação pressupõe o recebimento de Adicional de Desempenho (ADE) que é uma “vantagem pessoal”, o cumprimento de metas da escola garante o “prêmio de produtividade” que é coletivo e coloca as escolas em competição entre si.

avaliação contínua da aptidão para o serviço com vistas à melhoria do mesmo. A gestão pretende com este instrumento entre outros implementar o princípio da eficiência, gerar subsídios para a gestão dos recursos humanos, aprimorar o desempenho dos servidores e ao mesmo tempo valorizá-los. Mas não só. Também pretende capacitá-los, estreitar a relação entre subordinados e chefia e, além disso, tudo: promover a *adequação funcional* do servidor, desenvolver *novas habilidades* do servidor, instrumento de *alinhamento metas individuais*, entre outros. Está presente a modelagem no e para o trabalho.

O instrumento de avaliação serve tanto para a percepção de benefícios e desenvolvimento na carreira como é novo instrumento para demissão de servidor considerado inapto. Os critérios e seus descritores indicam o caminho do tipo de trabalhador que se deseja modelar. São onze itens entre os quais: iniciativa, presteza, aproveitamento de programas de capacitação, qualidade no trabalho (entendido como grau de exatidão e clareza dos trabalhos executados - ou seja- não há autonomia), administração do tempo e tempestividade (capacidade de executar as atividades quando solicitadas), aproveitamento de recursos e racionalização dos processos), assiduidade e pontualidade. O conceito que perpassa toda a discussão da avaliação é o de “competência”¹³.

A ADI se apresenta em nossa reflexão como um instrumento de disciplinamento da força de trabalho no Estado de Minas Gerais. Por ocasião da implantação da ADI o estado dispunha de 280mil servidores só na educação. Na primeira avaliação feita foram incluídos 61 órgãos da administração do poder executivo e aproximadamente 100mil servidores avaliados. Dado o número reduzido de avaliados supomos que a função precípua da ADI é reduzir gastos com pessoal, permitir a flexibilização da carreira e garantir o disciplinamento do trabalhador. Ela não precisa ser implantada, basta que o trabalhador saiba que o gestor pode implantá-la ou utilizá-la a favor das “metas”, interesses do governo.

Assim como a ADI é estruturante da reforma das carreiras, a reestruturação das carreiras é chave para o choque de gestão. Segundo os autores a mudança na carreira foi

¹³Para a compreensão da concepção de competência ver RAMOS (2011).

uma das mais difíceis tarefas da nova política de recursos humanos. E, obviamente, houve resistências. Contudo tanto a ADI quanto as novas carreiras contaram com um “incentivo” extra para sua aceitação. Mais de onze anos sem reajustes e sem avanços na carreira. O trabalho iniciado nas gestões anteriores foi de estagnar e degradar a carreira para que fosse possível a aceitação da nova, diante do argumento da “necessidade”. Um dos elementos sugeridos para a reestruturação foi a falta de recursos orçamentários para a construção de tabelas salariais, ou seja, prevaleceu a lógica dos compromissos de remuneração do capital financeiro em Minas Gerais.¹⁴ Os limites da lei de responsabilidade fiscal, o enorme número de servidores (como se não fossem concursados e contratados de acordo com a necessidade de atendimento à população) e finalmente, a necessária ampliação da carreira em função do aumento do tempo necessário para a aposentadoria (adequação à reforma da previdência). Os princípios estruturadores e os pressupostos apontam para uma carreira flexível para um trabalhador cujas garantias também se tornaram flexíveis. Garantir não uma carreira, mas uma perspectiva de carreira e, segundo os gestores, “sustentável” do ponto de vista orçamentário tornou-se o “mote” da reforma e seu “atrativo”.

A carreira reestruturada pressupõe igualdade de oportunidades e não mais de direitos, um desenvolvimento baseado no mérito funcional, na qualificação e no esforço pessoal. O mecanismo de observação deste processo é a avaliação periódica de desempenho individual para promoção e progressão entre outros. Destaca-se a importância dada à redução do número de carreiras com atribuições mais amplas, o que reforça nosso argumento do trabalhador flexível. Observamos nas análises destes documentos elementos do que vimos chamando de “reconversão docente”¹⁵ estendido para outros setores do serviço público, que aponta para o trabalhador multi tarefas e para um maior controle sobre os processos de trabalho.

¹⁴ O argumento da escassez foi naturalizado ao longo de décadas de gestão de tal forma que não se questiona o porquê da mesma. Assim sendo a acumulação de capital segue sua apropriação dos recursos públicos sem grande resistência.

¹⁵ Reconversão docente. Presente em documentos da reforma em Portugal e Espanha e analisados por Eneida Shiroma e Olinda Evangelista em seus grupos de pesquisa, o conceito significa em síntese a modelagem do trabalhador flexível em educação, capaz de lecionar disciplinas para as quais sua formação inicial não garantia a habilitação, entre outras mudanças que aqui deixamos de citar

“Nas leis que instituem os novos planos de carreiras do poder executivo, as atribuições dos cargos foram definidas de maneira ampla e genérica, de forma a abranger diversas categorias profissionais, proporcionando uma carreira com servidores multifuncionais, com multitarefas, além de tornas mais simples a renovação dos quadros de pessoal”. (Choque de Gestão-2006).

Os efeitos desta concepção na educação têm provocado o acréscimo de atribuições e disciplinas para as quais os professores não foram formados, prejudicando a qualidade do ensino, mas ampliando os ganhos de capital. Através de parcerias público-privadas material didático de apoio vem sendo desenvolvido para atender estas “novas necessidades”, ampliando os processos de privatização da educação pública.

Além dos efeitos a médio e longo prazo para o tipo de educação que é ofertada pelas escolas públicas, com especial destaque para a redefinição das políticas de formação no âmbito do ensino médio, destaco os interesses que atravessam esta nova modalidade de racionalização do trabalho cujo mote vem sendo a “modernização da gestão”. A completa reorganização da máquina pública teve como fundamento a garantia de que Minas poderia “honrar compromissos”, ou seja, o fundo público, nos moldes analisados por OLIVEIRA (1998), são destinados a recomposição da acumulação de capital em um ataque mais agressivo e selvagem aos até então direitos dos trabalhadores. A obtenção do consenso foi construída através da enxurrada de matérias na grande imprensa, na massificação do discurso da emergência e da necessidade, na atuação via aparelhos privados de hegemonia disseminando esta mesma emergência e a “não alternativa”.

A hegemonia foi construída via estado de exceção, naturalizado como estado de emergência através do qual pode ser acionada a coerção sobre os servidores públicos e construído o consenso no âmbito da sociedade civil. Por dentro da relação entre as classes a ampliação do Estado não prescindiu do uso da suspensão da legalidade e de sua naturalização. Em tempos neoliberais de terceira via e crise de acumulação, a exceção e a emergência tornaram-se os instrumentos preferenciais de atuação.

Tem recaído sobre as camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora a mão implacável da exceção. Sobre o conjunto dos servidores os mecanismos coercitivos de remodelagem do trabalho e a construção de novas relações e sociabilidade em torno dos serviços públicos cujos efeitos percebemos fenomenicamente como crise destes mesmos serviços. Parafrazeando Gramsci, a crise advém do fato de que o “velho” não morreu e o “novo” ainda não pode nascer. Neste estreito espaço da “crise” reside a contradição e a esperança de que possamos, em algum momento, explicitar o projeto de dominação em curso e seus custos sociais para aqueles que sentem seus efeitos, mas não compreendem e muito menos sabem.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. SP. Boitempo. 2004.

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital**. O transformismo dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). SP. Xamã e UEFS Editora. 2012.

FIGUEIREDO, Lorene. **Reforma Neoliberal na Educação e Crise no Movimento Sindical no Estado de Minas Gerais**: os Limites do reformismo. Niterói. 2006. Dissertação.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo**. Teoria e História. RJ. UFRJ Ed. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis. Vozes. 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Vol. 3. RJ. Civilização Brasileira.2000.

MARTINS, André S. **A Direita para o Social**. A Educação para a Sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora. UFJF Editora. 2009.

MINAS GERAIS. **O Choque de Gestão em Minas Gerais**. Políticas de Gestão Pública para o Desenvolvimento. BH. UFMG. Renata Vilhena et al (orgs).2006.

MINAS GERAIS. **Do Choque de Gestão ao Estado de Resultados**. Marcos Referenciais do Planejamento Estratégico do estado de Minas Gerais de 2003 a 2010.



GUIMARÃES, Tadeu Barreto e MELO, Fernando Lage (org). Agenda de Melhorias de MG.

NEVES. Lúcia M^a W. (org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**. Estratégias do Capital para Educar o Consenso. SP, Xamã e Coletivo de Política Educacional. 2005.

OLIVEIRA, F et al. **Hegemonia às Avessas**. São Paulo. Boitempo. 2010. Francisco Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs). SP Boitempo. 2010.

OLIVEIRA, F **Os Direitos do Anti-valor**. A Economia Política da Hegemonia Imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998.

PEREIRA, João Marcio M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. RJ, Civilização Brasileira, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. RJ, Graal. 2000.

RAMOS. Marise N. **A Pedagogia das Competências**. Autonomia ou Adaptação? SP. Cortez Editora. 2011.

SHIROMA, E. Relatório Final de Pesquisa. **Do Global ao Local: Redes Sociais, Reforma Educativa e Gestão do Trabalho Docente**. Florianópolis. UFSC. 2010. CNPq.

SHIROMA, E e EVANGELISTA, O. **Redes para Reconversão Docente**. Em: Política, Educação e Cultura. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. PR, UNIOESTE. 2008.